



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 45/XII/ 4.^a SL

No primeiro dia do mês de abril de 2015, pelas 10 horas e 15 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

- 1. Distribuição de iniciativas legislativas;**
- 2. Distribuição de iniciativas europeias;**
- 3. Apreciação e votação de pareceres sobre o projeto de lei n.º 809/XII/4.^a (PS) – Consagra o princípio da transparência ativa em toda a Administração Pública;
Relator – Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD)**
- 4. Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas legislativas:**
 - **Proposta de Lei n.º 273/XII/4.^a - Procede à primeira alteração à Lei n.º 73/2009, de 12 de agosto, que estabelece as condições e os procedimentos a aplicar para assegurar a interoperabilidade entre sistemas de informação dos órgãos de polícia criminal, e à segunda alteração à Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto, que aprova a Lei de Organização da Investigação Criminal;**
 - **Projeto de lei n.º 259/XII/1.^a (PCP) – Estabelece o regime jurídico e o estatuto profissional da atividade de guarda-noturno;**
 - **Projeto de lei n.º 775/XII/4.^a (PSD e CDS-PP) – Estabelece o regime jurídico da atividade de guarda-noturno;**
- 5 Fixação da redação final, nos termos do artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República;**
- 6 Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP solicitando a audição das direções do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (SMMP) e da Associação Sindical dos Funcionários de Investigação Criminal (ASFIC), para apresentação de proposta conjunta de enquadramento institucional da Polícia Judiciária;**
- 7 Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP solicitando a audição da Comissão Nacional de Proteção de Dados e do Dr. Vítor Lourenço, enquanto responsável pelos serviços de auditoria interna da Autoridade Tributária, para prestarem esclarecimentos sobre o funcionamento do sistema quanto à garantia de proteção de dados pessoais dos cidadãos na sequência da divulgação da chamada "lista vip" de contribuintes;**
- 8 Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias;**
- 9 Apreciação e votação de relatórios finais de petições;**

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 45/XII/ 4.^a SL

10 Apreciação e votação das atas n.^{os} 40 a 44/XII/4.^a, correspondentes às reuniões de 4 a 25 de março de 2015;

11 Outros assuntos.

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Fernando Negrão, como ponto prévio, foram dadas informações sobre os agendamentos futuros de audições a realizar na Comissão durante o corrente mês de abril. A propósito da audição da Senhora Ministra da Justiça, agendada para as 11 horas de dia 22 de abril, o Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS) questionou a razoabilidade da hora, atendendo ao sucedido na passada audição da Senhora Secretária de Estado de Assuntos Parlamentares e da Igualdade, que terminou às 15 horas, hora em que teve início o Plenário, sem que o Grupo Parlamentar do PS tivesse tido oportunidade de intervir numa segunda ronda de intervenções, posição que foi secundada pelo Senhor Deputado Jorge Lacão (PS).

Em seguida, procedeu-se à distribuição das seguintes iniciativas legislativas:

PROPOSTAS DE LEI

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO GENERALIDADE	NOMEAÇÃO RELATOR DATA
308/XII/4. ^a (GOV)	Transforma a Câmara dos Solicitadores em Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução, e aprova o respetivo Estatuto, em conformidade com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais	Competente a 1. ^a Comissão em conexão com a 10. ^a Comissão	Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD)
309/XII/4. ^a (GOV)	Aprova o novo Estatuto da Ordem dos Advogados, em conformidade com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais	Competente a 1. ^a Comissão em conexão com a 10. ^a Comissão	Deputado Luís Pita Ameixa (PS)
310/XII/4. ^a (GOV)	Altera o Estatuto da Ordem dos Notários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 27/2004, de 4 de fevereiro, em conformidade com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais, e procede à alteração do Estatuto do Notariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de fevereiro	Competente a 1. ^a Comissão em conexão com a 10. ^a Comissão	Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP)

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 45/XII/ 4.ª SL

PROJETOS DE LEI

N.º AUTOR	ASSUNTO	DISTRIBUIÇÃO COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA
790/XII/4.ª (Iniciativa legislativa de cidadãos)	Lei de apoio à maternidade e paternidade pelo direito de nascer		Eventual distribuição/competência da Comissão de Saúde - a deliberar na reunião da CACDLG de 8-04-2015

PROJETO DE RESOLUÇÃO

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO
1373/XII/4.ª (PSD)	Recomenda ao Governo a definição de uma estratégia para o aprofundamento da cidadania e da participação democrática e política dos jovens	Competente a 8.ª Comissão, em conexão com a 1.ª Comissão

Foi, ainda, nomeado relator do parecer sobre o Relatório Anual de Segurança Interna referente ao ano de 2014 o Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS)

No segundo ponto da ordem do dia, foram comunicadas e distribuídas as seguintes iniciativas europeias:

Título do Documento	Deputado Relator	Data-limite de envio à CAE:
COMUNICAÇÃO CONJUNTA AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Elementos para uma estratégia regional da UE para a Síria e o Iraque, bem como para a ameaça representada pelo Da'esh – JOIN(2015)2 Obs: distribuída às Comissões de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas e de Orçamento, Finanças e Administração Pública	Deliberado não escrutinar	NA
Proposta conjunta de REGULAMENTO DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 314/2004 relativo a certas medidas restritivas respeitantes ao Zimbabué – JOIN(2015)8 Obs: distribuída à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas	Deliberado não escrutinar	NA

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 45/XII/ 4.ª SL

<p>Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à posição a adotar pela União Europeia no Comité Misto criado pelo Acordo entre a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a Confederação Suíça, por outro, sobre a livre circulação de pessoas, no que diz respeito à alteração do anexo III do referido Acordo relativo ao reconhecimento mútuo das qualificações profissionais – COM(2015)76</p> <p>Obs: distribuída às Comissões de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, de Saúde e de Segurança Social e Trabalho</p>	<p>Deliberado não escrutinar</p>	<p>NA</p>
<p>Proposta de DECISÃO DO CONSELHO Relativa à assinatura, em nome da União Europeia, da Convenção do Conselho da Europa sobre a Manipulação de Competições Desportivas no que diz respeito a questões <u>não</u> relacionadas com o direito penal substantivo e com a cooperação judiciária em matéria penal – COM(2015)84</p> <p>Obs: distribuída às Comissões de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas e de Educação, Ciência e Cultura</p>	<p>Deliberado não escrutinar</p>	<p>NA</p>
<p>Proposta de Decisão do Conselho Relativa à assinatura, em nome da União Europeia, da Convenção do Conselho da Europa sobre a Manipulação de Competições Desportivas no que diz respeito a questões relacionadas com o direito penal substantivo e com a cooperação judiciária em matéria penal – COM(2015)86</p> <p>Obs: distribuída também às Comissões de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas e de Educação, Ciência e Cultura</p>	<p>Deputado Paulo Simões Ribeiro (PSD)</p>	<p>NA</p>
<p>Proposta de decisão do Conselho relativa à assinatura, em nome da União Europeia, e à aplicação provisória do Acordo entre a União Europeia e a República de Vanuatu sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração – COM(2015)92</p> <p>Obs: distribuída à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</p>	<p>Deliberado não escrutinar</p>	<p>NA</p>
<p>Proposta de decisão do Conselho relativa à celebração do Acordo entre a União Europeia e a Comunidade da Domínica sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração – COM(2015)97</p> <p>Obs: distribuída à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</p>	<p>Deliberado não escrutinar</p>	<p>NA</p>
<p>Proposta de decisão do Conselho relativa à celebração do Acordo entre a União Europeia e a Comunidade de Vanuatu sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração – COM(2015)101</p> <p>Obs: distribuída à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</p>	<p>Deliberado não escrutinar</p>	<p>NA</p>

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 45/XII/ 4.^a SL

<p>Proposta de decisão do Conselho relativa à assinatura, em nome da União, e à aplicação provisória do Acordo entre a União Europeia e a República de Trindade e Tobago sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração – COM(2015)105 Obs: distribuída à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</p>	<p>Deliberado não escrutinar</p>	<p>NA</p>
<p>Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração do Acordo entre a União Europeia e a República de Trindade e Tobago sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração – COM(2015)106 Obs: distribuída à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</p>	<p>Deliberado não escrutinar</p>	<p>NA</p>
<p>Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à assinatura, em nome da União Europeia, e à aplicação provisória do Acordo entre a União Europeia e o Estado Independente de Samoa sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração – COM(2015)107 Obs: distribuída à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</p>	<p>Deliberado não escrutinar</p>	<p>NA</p>
<p>Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração do Acordo entre a União Europeia e o Estado Independente de Samoa sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração – COM(2015)108 Obs: distribuída à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</p>	<p>Deliberado não escrutinar</p>	<p>NA</p>
<p>DOCUMENTO DE CONSULTA CONJUNTO Para uma nova Política Europeia de Vizinhança – Join(2015)6 Obs: distribuída às Comissões de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, de Defesa Nacional e de Economia e Obras Públicas</p>	<p>Deliberado não escrutinar</p>	<p>NA</p>
<p>Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à assinatura, em nome da União Europeia, e à aplicação provisória do Acordo entre a União Europeia e os Emirados Árabes Unidos sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração – COM(2015)91 Obs: distribuída à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</p>	<p>Deliberado não escrutinar</p>	<p>NA</p>
<p>Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à assinatura, em nome da União, e à aplicação provisória do Acordo entre a União Europeia e Granada sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração – COM(2015)93 Obs: distribuído também à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</p>	<p>Deliberado não escrutinar</p>	<p>NA</p>

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 45/XII/ 4.^a SL

Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à assinatura, em nome da União Europeia, e à aplicação provisória do Acordo entre a União Europeia e a República Democrática de Timor-Leste sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração – COM(2015)94 Obs: distribuída à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas	Deliberado não escrutinar	NA
Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à assinatura, em nome da União, e à aplicação provisória do Acordo entre a União Europeia e a Comunidade da Domínica sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração – COM(2015)95 Obs: distribuída à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas	Deliberado não escrutinar	NA
Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à assinatura, em nome da União, e à aplicação provisória do Acordo entre a União Europeia e Santa Lúcia sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração – COM(2015)96 Obs: distribuída à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas	Deliberado não escrutinar	NA
Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração do Acordo entre a União Europeia e Granada sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração – COM(2015)102 Obs: distribuída à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas	Deliberado não escrutinar	NA
Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração do Acordo entre a União Europeia e os Emirados Árabes Unidos sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração – COM(2015)103 Obs: distribuída à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas	Deliberado não escrutinar	NA
Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração do Acordo entre a União Europeia e a República Democrática de Timor-Leste sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração – COM(2015)104 Obs: distribuída à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas	Deliberado não escrutinar	NA
Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à assinatura, em nome da União, e à aplicação provisória do Acordo entre a União Europeia e São Vicente e Granadinas sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração – COM(2015)109 Obs: distribuída à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas	Deliberado não escrutinar	NA
Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração do Acordo entre a União Europeia e Santa Lúcia sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração – COM(2015)110 Obs: distribuída à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas	Deliberado não escrutinar	NA

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 45/XII/ 4.ª SL

COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO BANCO CENTRAL EUROPEU, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL E AO COMITÉ DAS REGIÕES Painel da Justiça na UE de 2015 – COM(2015)116	Deputado João Lobo (PSD)	NA
COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a transparência fiscal para combater a evasão e a elisão fiscais – COM(2015)136 Obs: distribuída à Comissão de Orçamento e Finanças e Administração Pública	Deliberado não escrutinar	NA
Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração do Acordo entre a União Europeia e São Vicente e Granadinas sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração – COM(2015)111 Obs: distribuída à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas	Deliberado não escrutinar	NA
Proposta de Diretiva do Conselho que revoga a Diretiva 2003/48/CE do Conselho [COM(2015)129] (Subsidiariedade) Obs: distribuída à Comissão de Orçamento e Finanças e Administração Pública	Deliberado não escrutinar	29-04-2015
Proposta de DIRETIVA DO CONSELHO que altera a Diretiva 2011/16/UE no que respeita à troca automática de informações obrigatória no domínio da fiscalidade – COM(2015)135 (Subsidiariedade) Obs: distribuída à Comissão de Orçamento e Finanças e Administração Pública	Deliberado não escrutinar	29-04-2015
COMUNICAÇÃO CONJUNTA AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Execução da Política Europeia de Vizinhaça em 2014 – JOIN(2015)9 Obs: distribuído também às Comissões de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, de Defesa Nacional e de Economia e Obras Públicas	Deliberado não escrutinar	NA

No terceiro ponto da ordem do dia, foi apreciado o parecer sobre o [projeto de lei n.º 809/XII/4.ª \(PS\)](#) - Consagra o princípio da transparência ativa em toda a Administração Pública, que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD). Após um breve debate, em que interveio o Senhor Deputado José Magalhães (PS), o parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

No quarto ponto da ordem do dia, teve início a discussão, na especialidade, da [proposta de lei n.º 273/XII/4.ª \(GOV\)](#) - Proceda à primeira alteração à Lei n.º 73/2009, de 12 de agosto, que estabelece as condições e os procedimentos a aplicar para assegurar a interoperabilidade entre sistemas de informação dos órgãos de polícia



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 45/XII/ 4.ª SL

criminal, e à segunda alteração à Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto, que aprova a Lei de Organização da Investigação Criminal. O Senhor Deputado Paulo Simões Ribeiro (PSD) interveio para apresentar as propostas de alteração entretanto apresentadas, por escrito e conjuntamente, pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP (que substituíram integralmente as anteriores), seguindo-se no uso da palavra o Senhor Deputado Jorge Lacão (PS), que apresentou oralmente, num esforço de consenso, duas propostas de alteração à redação do n.º 6 do artigo 10.º, constante das propostas de alteração do PSD e do CDS-PP, uma delas aditando, na parte final da alínea *b*) (Perfil 2), a expressão «como tal designados pela Procuradoria-Geral da República», outra aditando, na parte final da alínea *c*) (Perfil 3), a expressão «no âmbito dos processos de que sejam titulares». Após uma pequena pausa, requerida pelo Grupo Parlamentar do PSD, para ponderação das propostas orais apresentadas, o Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD) requereu o adiamento, para a reunião seguinte, da votação na especialidade da proposta de lei n.º 273/XII/4.ª (GOV), a fim de ser possível obter uma solução consensual sobre as novas alterações propostas.

Em seguida, procedeu-se ao adiamento da discussão e votação conjunta, na especialidade, dos projetos de lei n.ºs [259/XII/1.ª \(PCP\)](#) - Estabelece o regime jurídico e o estatuto profissional da atividade de guarda-noturno e [775/XII/4.ª \(PSD e CDS-PP\)](#) - Estabelece o regime jurídico da atividade de guarda-noturno, a requerimento do Grupo Parlamentar do PSD, uma vez que chegaram vários e extensos contributos sobre a matéria em causa.

No quinto ponto da ordem do dia, procedeu-se à fixação da redação final do texto que procede à «Primeira alteração à Lei n.º 65/2003, de 23 de agosto, que aprova o regime jurídico do mandado de detenção europeu, em cumprimento da Decisão-Quadro 2009/299/JAI, do Conselho, de 26 de fevereiro de 2009, que reforça os direitos processuais das pessoas e promove a aplicação do princípio do reconhecimento mútuo no que se refere às decisões proferidas na ausência do arguido» [\[Proposta de Lei n.º 271/XII/4.ª \(GOV\)\]](#), tendo sido cumprido o disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, com aceitação, por unanimidade, na ausência do PEV, da sugestão de redação constante da Informação n.º 31/DAPLEN/2015.



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 45/XII/ 4.^a SL

Foi, igualmente, fixada a redação final do texto que «Estabelece o regime jurídico da emissão, do reconhecimento e da fiscalização da execução de decisões sobre medidas de coação em alternativa à prisão preventiva, bem como da entrega de uma pessoa singular entre Estados-membros no caso de incumprimento das medidas impostas, transpondo a Decisão-Quadro 2009/829/JAI do Conselho, de 23 de outubro de 2009» [[Proposta de Lei n.º 272/XII/4.^a \(GOV\)](#)], tendo sido cumprido o disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, com aceitação, por unanimidade, na ausência do PEV, da sugestão de redação constante da Informação n.º 28 /DAPLEN/2015.

Procedeu-se, ainda, à fixação da redação final do texto que «Estabelece os princípios gerais que regem a organização e o funcionamento da identificação criminal, transpondo para a ordem jurídica interna a Decisão-Quadro 2009/315/JAI, do Conselho, de 26 de fevereiro de 2009, relativa a organização e ao conteúdo do intercâmbio de informações extraídas do registo criminal entre Estados membros, e revoga a Lei n.º 57/98, de 18 de agosto» [[Proposta de Lei n.º 274/XII/4.^a \(GOV\)](#)], tendo sido cumprido o disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, com aceitação, por unanimidade, na ausência do PEV, da sugestão de redação constante da Informação n.º 30/DAPLEN/2015.

No ponto seguinte da ordem do dia, foi apreciado o requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, solicitando a audição das direções do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (SMMP) e da Associação Sindical dos Funcionários de Investigação Criminal (ASFIC), para apresentação de proposta conjunta de enquadramento institucional da Polícia Judiciária, que foi fundamentado pelo Senhor Deputado António Filipe (PCP). Em seguida, o Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD) requereu o adiamento, para a reunião seguinte, da votação do referido requerimento.

Seguiu-se a apreciação de um novo requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, solicitando a audição da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD) e do Dr. Vítor Lourenço, enquanto responsável pelos serviços de auditoria interna da Autoridade Tributária, para prestarem esclarecimentos sobre o

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 45/XII/ 4.^a SL

funcionamento do sistema quanto à garantia de proteção de dados pessoais dos cidadãos na sequência da divulgação da chamada «lista VIP de contribuintes», que foi fundamentado pelo Senhor Deputado António Filipe (PCP). A Senhora Deputada Cecília Honório (BE) disse acompanhar a posição do PCP, tendo o Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD) declarado não concordar com a realização das audições requeridas, uma vez que estava em curso uma auditoria da Inspeção-Geral das Finanças - argumento que o Senhor Deputado António Filipe (PCP) considerou admissível para a eventual não audição do Dr. Vítor Lourenço, mas não para a da CNPD. O Senhor Deputado António Luís Pita Ameixa (PS) sugeriu que, uma vez que fora aprovada na 5.^a Comissão (COFAP) a audição da CNPD sobre a mesma matéria, faria sentido que a 1.^a Comissão se associasse a essa audição, sugestão que foi acolhida pelos grupos parlamentares presentes.

No final, o requerimento do PCP, apenas na parte em que solicitava a audição do Dr. Vítor Lourenço, enquanto responsável pelos serviços de auditoria interna da Autoridade Tributária, foi rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP e do BE, registando-se a ausência do PEV.

Não havendo lugar à apreciação de relatórios finais de petições nem de relatórios sobre iniciativas europeias, o Senhor Presidente colocou à votação as atas n.^{os} 40 a 44/XII/4.^a, correspondentes às reuniões de 4 a 25 de março de 2015, que foram aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11 horas e 25 minutos, dela se tendo lavrado a presente *ata*, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 1 de abril de 2015

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(Fernando Negrão)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 45/XII/ 4.^a SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe
Cecília Honório
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Francisca Almeida
Hugo Lopes Soares
Hugo Velosa
Isabel Oneto
João Lobo
Jorge Lacão
José Magalhães
Luís Pita Ameixa
Paulo Rios de Oliveira
Paulo Simões Ribeiro
Telmo Correia
Teresa Anjinho
Carlos Abreu Amorim
Elza Pais

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro
Carlos Peixoto
Isabel Alves Moreira
Teresa Leal Coelho

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
José Luís Ferreira
Maria Paula Cardoso